

RAFAEL ESTRELA NÓBREGA

STANDARDS DA PROVA DE CORROBORAÇÃO NA COLABORAÇÃO PREMIADA

**COLEÇÃO DIREITO PROCESSUAL
CONTEMPORÂNEO**

Coordenação
HUMBERTO DALLA

Londrina/PR
2023


THOTH
EDITORA



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Nóbrega, Rafael Estrela.
Standards da prova de corroboração na
colaboração premiada / Rafael Estrela
Nóbrega. – Londrina, PR: Thoth, 2023.

511 p.
Bibliografias: 465-507
ISBN 978-65-5959-610-2

1. Standards Probatórios na Colaboração. 2.
Delação. 3. Delação Premiada. I. Título.

CDD 341.43

Diagramação e Capa: Editora Thoth
Revisão: o Autor
Editor chefe: Bruno Fuga
Coordenador de Produção Editorial: Thiago
Caversan Antunes
Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur
Bezerra de Souza Júnior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Processual Civil: 341.43

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Júnior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Picholi da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr.
Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR.....	7
AGRADECIMENTOS.....	11
APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO.....	13
PREFÁCIO.....	17
APRESENTAÇÃO.....	19
INTRODUÇÃO.....	25
CAPÍTULO 1	
DA VERDADE.....	27
CAPÍTULO 2	
DA PROVA.....	39
2.1 Conceitos. Acepções. Classificações.....	39
2.1.1 Provas. A aparente singeleza dos conceitos.....	39
2.1.2 Acepções na doutrina: atividade probatória, meio ou resultado.....	42
2.1.3 Suspeita, indícios e presunções. Diferenciações.....	44
2.1.4 Elementos informativos e a excepcionalidade das provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.....	48
2.1.5 Fonte de prova, meios de prova e meios de obtenção de prova.....	49
2.1.6 Classificações relevantes. Prova direta e indireta. Prova real e pessoal. Prova plena e não plena.....	50
2.2 A importância da instrução probatória para valoração judicial das provas.....	50
2.2.1 Sistemas de valoração da prova.....	53
2.2.1.1 Sistema primitivo.....	53
2.2.1.2 Sistema místico ou religioso.....	54
2.2.1.3 Sistema das regras legais ou da certeza moral do legislador ou da prova legal.....	55
2.2.1.4 Sistema da livre convicção ou da certeza moral do juiz ou da íntima convicção.....	58
2.2.1.5 Sistema do livre convencimento motivado ou da persuasão racional ou	

da livre apreciação da prova.....	61
2.3 Critérios e <i>standards</i> probatórios penais.....	67
2.3.1 <i>En passant</i> no direito comparado	69
2.3.1.1 A prova acima de dúvida razoável (<i>evidence beyond a reasonable doubt</i>).....	70
2.3.1.2 A mínima atividade probatória.....	75
2.3.1.3 O alto grau de verossimilhança sem dúvidas concretas.....	77
2.3.1.4 A doutrina do absurdo ou da arbitrariedade	79
2.3.1.5 Os modelos linguísticos (Congruência Narrativa e Probabilidade Indutiva).....	80
2.3.1.6 O controle de motivação.....	83
2.3.1.7 Os modelos probabilísticos ou matemáticos (Teorema de <i>Bayes</i>).....	86
2.3.2. Os padrões brasileiros	91
2.4 Ônus probatório no Processo Penal.....	106
2.4.1 Distribuição do ônus da prova.....	107
2.4.2 Inversão do ônus da prova	115
2.4.3 A gestão da prova pelo juiz	117
2.5 Limites à atividade probatória.....	127
2.5.1 Prova ilícita e ilegítima.....	128
2.5.1.1 Prova ilícita por derivação.....	137
2.5.1.2 Aparente flexibilização	138
2.6 Prova emprestada	148

CAPÍTULO 3

<i>PLEA BARGAINING</i> NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	153
3.1 Sistema jurídico americano	153
3.1.1 O processo penal americano.....	155
3.2 <i>Plea Bargaining</i> nos EUA	157
3.2.1 Procedimento adotado nos EUA.....	157
3.3 Sistema jurídico brasileiro.....	185
3.3.1 Mecanismos semelhantes no Brasil.....	190
3.4 Corroboração da prova	202

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS APLICADOS À COLABORAÇÃO PREMIADA	215
4.1 Teoria dos princípios.....	215
4.2 Neoconstitucionalismo e ascensão dos princípios	218
4.3 Princípio do contraditório	220
4.4 Princípio do devido processo legal.....	235
4.5 Princípio da legalidade	247

4.6 Princípio da fundamentação analítica.....	251
---	-----

CAPÍTULO 5

DA COLABORAÇÃO PREMIADA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	257
---	-----

5.1 Origem histórica em seus aspectos gerais.....	257
---	-----

5.2 Breves apontamentos quanto à origem legislativa no Direito Comparado.	
---	--

Ênfase ao Direito Espanhol, Italiano e Estadunidense	261
--	-----

5.2.1 Espanha.....	261
--------------------	-----

5.2.2 Itália.....	264
-------------------	-----

5.2.3 Estados Unidos da América.....	277
--------------------------------------	-----

5.3 O perigo das falsas colaborações e delações premiadas. A experiência do Direito Alienígena.....	284
---	-----

5.3.1 Caso Birmingham Six.....	285
--------------------------------	-----

5.3.2 Caso Tortora.....	286
-------------------------	-----

5.4 Da delação à colaboração.....	288
-----------------------------------	-----

5.4.1 Evolução legislativa no direito pátrio.....	288
---	-----

5.4.2 A nomenclatura	295
----------------------------	-----

5.4.3 A busca conceitual. A simbiose institucional. Da delação à colaboração.....	298
---	-----

5.4.4 Natureza jurídica.....	302
------------------------------	-----

5.4.5 Regime Jurídico	304
-----------------------------	-----

5.4.6 Personagens da colaboração premiada	305
---	-----

5.4.6.1 Delegado de polícia.....	306
----------------------------------	-----

5.4.6.2 De investigado/acusado/réu a colaboradores e delatores.....	308
---	-----

5.4.6.2.1 O colaborador enquanto sujeito de direitos e obrigações.....	317
--	-----

5.4.6.3 Ministério Público.....	320
---------------------------------	-----

5.4.6.4 Juiz.....	324
-------------------	-----

5.5 Elementos probatórios em razão da colaboração premiada.....	333
---	-----

CAPÍTULO 6

STANDARDS PROBATÓRIOS NA DELAÇÃO PREMIADA.....	351
--	-----

6.1 <i>Standards</i> norte-americanos.....	358
--	-----

6.2 Recebimento da denúncia/queixa-crime.....	365
---	-----

6.3 Decretação de medidas cautelares reais ou pessoais.....	372
---	-----

6.4 Prolação de sentença condenatória.....	385
--	-----

CONCLUSÃO	401
------------------------	------------

ANEXOS	405
---------------------	------------

REFERÊNCIAS	465
--------------------------	------------

POSFÁCIO	509
-----------------------	------------